

RIO GRANDE DO SUL

Reivindicação une os partidos

Porto Alegre — Há uma mobilização no Rio Grande do Sul em favor da reforma tributária e que envolve o atual e o futuro governador, a Assembléia Legislativa, os prefeitos e vereadores. Porém como existem indicativos dos técnicos do novo governo de que nem mesmo com a reforma tributária os cofres públicos do Rio Grande conseguirão ser recuperados, há dúvidas quanto à normalização da situação enfrentada pelo Estado que hoje gasta 20 por cento a mais do que arrecada só com o pagamento do funcionalismo.

A maioria dos governadores procurou, ao assumir, anunciar planos de austeridade para regularizar o problema mas as pressões e mobilizações do funcionalismo jogaram por terra estas propostas tanto que a disparidade entre arrecadação e despesa aumenta a cada ano.

UNANIMIDADE

Toda a bancada gaúcha na Constituinte deseja a reforma tributária exatamente para permitir o ingresso de mais recursos no



Pedro Simon

Rio Grande do Sul. Pedro Simon está pessoalmente empenhado na reivindicação tanto que nas reuniões que promoveu com as direções regionais de todos os partidos esta foi a principal argumentação sustentada dentro dos pedidos que o governador fez no sentido de obter apoio e respaldo

ao seu governo. E em todas as reuniões Pedro Simon está ganhando unanimidade em termos de apoio para a sua proposta em defesa da reforma tributária.

Mas antes mesmo da reforma tributária, está em curso — inclusive com a mobilização dos prefeitos — uma investida para obter a revisão da política de isenções fiscais, atualmente praticada pelo governo federal. Segundo avaliações já entregues aos constituintes e elaboradas por técnicos do atual e do futuro governo, o grande problema do Rio Grande se constitui nas isenções dadas como incentivos às exportações. Praticamente todos os produtos gaúchos exportados são isentos de ICM ou de outros tributos nos quais o Estado tenha participação. O esquema envolvendo a revisão da política de isenção pede que alguns produtos sejam tributados mesmo que exportados, com o que o Estado teria uma arrecadação da ordem de 30 a 40 por cento maior, de acordo com os levantamentos técnicos e projeções feitas e que estão com os constituintes.